

Florianópolis, 21 de julho de 2005.

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo-SC.

Aos vinte e um dias do mês de julho de 2005, às 14 horas, reuniram-se no auditório do Instituto Família Schurmann, em Bombinhas-SC, os membros do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, instituído pela Portaria n.51/04-N de 10 de maio de 2004.

Consta da ordem do dia, a seguinte pauta:

1. Aprovação da Ata da III reunião;
 2. Aprovação do Regimento Interno;
 3. Solicitação da Prefeitura Municipal de Bombinhas e da ONG Aliança Nativa para ingressar no conselho consultivo da Rebio;
 4. Situação Financeira da Unidade de Conservação;
 5. Renovação do Convênio IBAMA-APRENDER-PETROBRAS;
 6. Renovação do Termo de Cooperação Técnica IBAMA-APRENDER;
 7. Programa piloto de EA na Unidade de Conservação;
 8. Parecer NUC/NEA-IBAMA sobre o projeto de EA da AEOMESC;
 9. Resultado da audiência pública sobre a Rebio em Bombinhas-SC;
 10. Mudança de categoria de manejo;
 11. Atividades dos Grupos de Trabalho;
 12. Mudança da sede administrativa da Rebio;
- Outros assuntos sugeridos previamente e informes.

Estiveram presentes as seguintes instituições e seus respectivos representantes:

1. Prefeitura de Tijucas -
2. Prefeitura de Gov. Celso Ramos – Edair da Silva
3. Prefeitura de Florianópolis – Francisco Silva Filho
4. Prefeitura de Porto Belo – Luciano Cota
5. UNIVALI –Maurício Hostim
6. UFSC - Arno Blankenstein
7. APREMAG – Elói Dorneles
8. APRENDER – Rafael Costa
9. Núcleo Macaco Prego – Jaqueline Carrilho
10. Capitania dos Portos de SC – Celso Schwengber
11. Polícia Ambiental/PM-SC – Ten. Queiroz
13. AEOMESC – René Eiras
14. FEPESC – César Lopes (Z-22), Ney Simas (Z-9) e César Oliveira (Z-25)

Não compareceram, justificadamente, ao encontro, os Representantes da FATMA, IBAMA e CEPESUL. Não justificaram a ausência os representantes da EPAGRI e da Prefeitura de Itapema-SC.

Além destes, estiveram presentes Roberto Wahrlich - UNIVALI (GT Monitoramento), Athila Bertoncini (ONG Vida Mar), Paulo Bertuol (AEOMESC), Roberta Aguiar dos Santos (CEPSUL/IBAMA), Rosemildo de Melo (Sec. Pesca/Pref. Bombinhas-SC), Nívea Silva Bucker (Sec. Pesca/Pref. Bombinhas-SC), Edison Baierle (Departamento MA/Pref. Bombinhas-SC), José Estevão Neto (Fiscal/ Pref. Bombinhas-SC), Janete Rodrigues Vasques (Dep. MA/ Pref. Bombinhas-SC), Ana Paula da Silva (Dep. MA/ Pref. Bombinhas-SC.), Antonio Machado (Diretório municipal do PT – Bombinhas), Diogo dos Santos (Gab. Dep Mauro Passos/PT), Carlos Alberto Groh (Instituto Família Schurmann/Porto Belo), Carlos Alberto Brandalise (Pousada Banana House –Bombinhas) e Carla Milene dos Santos (estudante da UNIVALI).

Abertura dos trabalhos foi realizada pelo Vice-Presidente Prof. Arno Blankensteyn (UFSC) informando aos participantes a ausência justificada do chefe da Rebio e presidente do conselho que teve que viajar para São Paulo para tratar de assuntos familiares urgentes. Arno apresentou os pontos de pauta sugerindo a mudança do ponto de pauta, deslocando o ponto 10 para o final da pauta. Abriu aos presentes para outras sugestões. Roberto W. sugeriu incluir na pauta os seguintes assuntos: Revogação da Portaria n. 143 do IBAMA e a liberação das embarcações apreendidas pela Polícia Ambiental flagradas pescando na área da Reserva.

Devido ao grande número de participantes na reunião, foi sugerido pelo Secretário-Executivo uma breve apresentação dos participantes do encontro. Após isso iniciaram-se os debates sobre os pontos de pauta.

Ponto I – (ata III reunião): foi realizada a leitura da ata da III reunião pelo Vice-Presidente para a aprovação da plenária. Arno Blankensteyn (UFSC) falou da importância das informações apresentadas pelo chefe da Rebio sobre a fiscalização estarem devidamente quantificadas e qualificadas e sugeriu que fosse anexada à ata o relatório das atividades de fiscalização apresentado pelo IBAMA. Tal sugestão foi acolhida pelos membros do conselho por unanimidade. Roberto Wahrlich lembrou de seu questionamento ao Chefe da Rebio, Mário Pereira sobre sua dedicação exclusiva à unidade de conservação e sobre a existência de outros servidores do IBAMA dedicados aos trabalhos na UC e pediu a inclusão na ata. Roberto W. solicitou também o registro do posicionamento do chefe da UC dizendo que não existem outros funcionários do IBAMA dedicados a Reserva com a exceção de saídas pontuais de fiscalização e que também sua dedicação não é integral à unidade de conservação devido a outras demandas técnicas do IBAMA-SC para as quais é solicitado. Os conselheiros presentes na ocasião aprovaram a inclusão desse assunto na ata da III reunião e aprovaram por unanimidade seu conteúdo final.

Foi falado novamente sobre a melhoria no sistema de informações e convocações para as reuniões. O representante da Prefeitura de Gov. Celso Ramos, Edair Silva, disse que não recebeu a convocatória oficialmente e que ficou sabendo da reunião pelo representante da APREMAG. Os presentes argumentaram que muitos membros não tem acesso a internet e ao grupo conselho@arvoredo.org.br. Falou-se que a internet é uma ótima ferramenta de disponibilização de informações e contatos porém restrita a alguns segmentos. Roberto Wahrlich sugere que seja realizado um boletim periódico das atividades realizadas e que o mesmo seja enviado por meio de cartas registradas aos membros do conselho. Rafael (APRENDER) sugere que tal relatório fique a cargo dos respectivos GTs que devem

encaminhar para a Secretaria Executiva posteriormente enviar via carta registrada e e-mail aos membros do conselho consultivo e viabilizar a informação no website www.arvoredo.org.br.

A proposta de fazer um relatório mensal e ser enviado mediante boletim informativo para os membros do conselho é aprovada por unanimidade. René Eiras (AEOMESC) sugere que seja apresentado no início de cada reunião as presenças e justificativas de ausências dos membros do conselho.

Ponto II (Aprovação do Regimento Interno):

Arno expôs a necessidade da plenária do conselho aprovar formalmente o conteúdo do RI, o qual havia sido ponto de pauta nas duas primeiras reuniões ordinárias, quando foram apresentadas e debatidas propostas de alterações na minuta apresentada pelo IBAMA. No entanto sua aprovação ainda não havia sido realizada formalmente pelo conselho. É consenso entre os presentes sobre a importância da pronta aprovação do conteúdo do RI tendo em vista o mesmo já ter sido discutido nas duas primeiras reuniões. DEVIDO À CONCORDÂNCIA DO PLENÁRIO O vice-presidente então coloca para votação a aprovação do conteúdo do RI sendo que o mesmo é aprovado por unanimidade pelos membros presentes e votantes.

O Vice-presidente solicita a disponibilização do RI no site da Rebio. Nei Simas (FEPESC) solicitou o encaminhamento de cópia do RI para a FEPESC e seus três representantes. O representante da Prefeitura de Tijucas também solicitou.

Ponto III – (Solicitação da Prefeitura de Bombinhas-SC para integrar o conselho da Rebio): Primeiramente Rafael Costa (APRENDER) lembrou e esclareceu aos membros do conselho que a prefeitura de Bombinhas sempre foi convidada e participou das várias atividades do Projeto de Elaboração do Plano de Manejo da Rebio do Arvoredo, como as oficinas de planejamento e capacitação dos potenciais membros do conselho consultivo, reuniões institucionais, etc. No entanto, quando o chefe da UC convidou a prefeitura oficialmente para compor os quadros do conselho consultivo, a mesma enviou um ofício agradecendo o convite e expondo que não tinha interesse em participar no momento. O secretário de pesca do município, além de dar as boas vindas aos participantes, expôs o interesse da atual gestão municipal em participar do conselho e apoiar a Rebio. Tal proposta foi encaminhada oficialmente para o IBAMA e deverá ser debatida conforme o determinado no RI.

Ponto IV – (liberação das embarcações apreendidas na Rebio):

Roberto W. (UNIVALI) informou aos presentes que as embarcações apreendidas pela Polícia Ambiental que estavam pescando ilegalmente na Rebio foram liberadas e que isso não tinha causado boa repercussão nas comunidades pesqueiras artesanais da região de entorno.

O Ten. Queiroz (Ambiental), novo comandante do Pelotão Aquático, falou que aquela operação foi fruto de uma requisição do MPF para a realização de patrulhas na Rebio para a PA e a PF, a qual saiu apenas uma vez, conforme colocado pelo representante da PA.

Na ocasião, foram apreendidas duas embarcações. Segundo o Tenente Queiroz, não foi feito o Termo Circunstanciado e os autuados foram encaminhados direto pra PF e as embarcações apreendidas pela PA. Foi informado que as embarcações já haviam sido flagradas ilegalmente na área da Reserva em outras ocasiões, sendo que uma delas possui mais de 20 infrações ambientais. O Tenente expôs que a PF em seu procedimento liberou as embarcações apreendidas e colocou os infratores como fiéis depositários das mesmas.

O comandante expôs algumas dificuldades que a PA enfrenta para o exercício de suas atribuições, expondo que a Instituição ajuda no que for possível mas que isso representa um alto custo para o estado de Santa Catarina (guarnição, combustível, etc.). Colocou que para ampliar a atuação necessita de mais infra-estrutura. Lembrou que a unidade de conservação é federal e que a obrigação de fiscalizar e de viabilizar a infra-estrutura é do governo federal. Informou que as lanchas da PA não são habilitadas pra navegar em águas abertas. Informou também que a PA está negociando o comodato da embarcação Anhatomirim da UFSC para uso na fiscalização. O Tenente expôs a necessidade de uma definição por parte das instituições federais (MPF, IBAMA e PF) sobre padrões de procedimentos para as atividades de fiscalização, solicita mais apoio logístico e infra-estrutura. Também expôs descontentamento quanto ao procedimento da PF em conceder o depósito das embarcações aos proprietários.

César (FEPESC) falou que atitudes como essa geram descrédito para o trabalho que vem sendo realizado, pois se fala uma coisa e faz outra. César se posiciona contrário a liberação das embarcações apreendidas. Falou que os apreendidos são da sua colônia (Z- 22) e afirmou que isso desmoraliza o presidente da colônia que transmite as normas e tenta dar o exemplo e quando as infrações ocorrem ficam impunes. Disse que a liberação das embarcações não foi bem vista pela comunidade pesqueira da região.

Ponto V – (revogação da Portaria IBAMA n. 143): Roberto W. expõe que o PM seguia a Portaria 143 para normatizar algumas atividades pesqueiras no entorno da Unidade de Conservação e perguntou como fica a situação agora após sua revogação. Informa que a IN 21 do MMA revogou a Portaria 143. Roberta do CEPSUL informou que vigora então a Portaria n.54-N/99. A portaria 143 estabelecia normas para a pesca submarina na região e também proibia a colocação de redes de emalhar a menos de 50 metros de costões rochosos. Roberto W. colocou que essa portaria era aplicada pela fiscalização ambiental e em diversas ocasiões redes fixas foram apreendidas ou retiradas dos costões da região de entorno da Rebio. Ultimamente tem ocorrido alguns fatos de retiradas de redes na região sem que ninguém seja notificado e que isso vem gerando desconfiância por parte de alguns pescadores que não sabem se isso é uma atuação da fiscalização ambiental ou as redes estão sendo roubadas. O Tenente Queiroz foi perguntado se a ambiental vem retirando redes na região. Explicou que a Polícia Ambiental atua conforme a lei determina. Confirmou que existem casos da guarnição verificar redes em desconformidade com a lei e a mesma ser retirada e apreendida mesmo que não tenha nenhuma pessoa por perto para ser responsabilizada. César (FEPESC) e Roberto W. (UNIVALI) perguntam ao comandante da Ambiental como vai ser o procedimento agora que não vige mais a Portaria 143, se vão continuar retirando as redes do costão. O tenente Queiroz informa e reitera que ambiental atua conforme a lei e que se a Portaria não está mais em vigor a PA não vai mais retirar as redes do costão. Debateu-se sobre a necessidade de um posicionamento oficial do IBAMA sobre a questão do entorno da Rebio após a revogação da Portaria 143 e que isso seja levado ao conhecimento do chefe da unidade e da DIREC.

Luciano Cota (Prefeitura de Porto Belo) falou do encontro realizado na câmara de vereadores da cidade com pescadores artesanais, representantes de colônias e associações do município, contando também com a presença do prefeito municipal. Dentre os diversos assuntos relacionados à pesca e à Reserva do Arvoredo e seu plano de manejo falou-se sobre as apreensões de redes de costão na região e também sobre as atividades de arrasto na baía de Tijucas. Sobre esses assuntos, os pescadores de Santa Luzia presentes no evento questionaram os limites de restrição para a pesca de arrasto na Baía e falaram que muitas redes de costão tem sido retiradas da água sem ninguém ser informado.

Rafael Costa (APRENDER) comenta que também participou do encontro expondo sobre o plano de manejo e falou da proposta que saiu da reunião para a realização de um seminário com as equipes de fiscalização que atuam na região (IBAMA e PA), o MPF, representantes das comunidades de pescadores, a Capitania dos Portos e representantes do Poder Público da Região para que sejam esclarecidas dúvidas sobre as normas que incidem na região e os procedimentos adotados pela fiscalização.

Foi acordado entre os presentes o encaminhamento de uma moção contra a liberação das embarcações apreendidas pela PA para o MPF e para a Polícia Federal.

Ponto VI – (Renovação do TCT IBAMA/APRENDER e do Convênio com a Petrobrás e mudança da sede administrativa da REBIO)

Rafael Costa (APRENDER) comunicou aos presentes que por decisão da gerência executiva do IBAMA e do NUC a sede administrativa da Rebio está se transferindo no final do mês de julho para o mesmo local da sede da Estação Ecológica de Carijós- IBAMA, em Jurerê, município de Florianópolis.

Sobre o Termo de Cooperação Técnica e Convênio Petrobrás, Rafael informou que a APRENDER já solicitou a renovação do Termo desde setembro de 2004 e até o momento ainda não recebeu um posicionamento oficial do IBAMA. Sobre o Convênio com a BR informou também que o mesmo permanece em vigor até o dia 18 de setembro e que após essa data a Rebio ficará praticamente sem recursos financeiros disponíveis para seu funcionamento. Falou que procurou o chefe do Núcleo de Unidades de Conservação do IBAMA durante a semana para ter um posicionamento do IBAMA sobre essas questões para informar ao conselho. Segundo informações do IBAMA, a renovação do Convênio com a Petrobrás e do TCT serão definidas em Brasília pela DIREC. O Conselho decide por encaminhar ofício para a Presidência do IBAMA, para a DIREC e para a Diretoria de Áreas Protegidas do MMA cobrando um posicionamento oficial do IBAMA sobre a continuidade do Convênio e necessidade da continuidade de recursos financeiros para a manutenção da Rebio e implementação do Plano de Manejo.

Ponto VII – (Parecer do NUC sobre o Plano de Manejo e o Projeto da AEOMESC)

René Eiras (AEOMESC) fala do projeto apresentado pela associação ao IBAMA e situa a questão do mergulho educativo no contexto do PM e do SNUC. É realizada a leitura dos pareceres do NEA e do NUC e também dos art. 4 e 10 da lei do SNUC. Questiona-se sobre o parecer negativo do NUC sobre o projeto e também sobre o posicionamento de que o

plano de manejo, no que tange as diretrizes de visitação educativa, está contrário a lei do SNUC.

Após debates o conselho decide tomar o seguinte encaminhamento: solicitar ao GT de EA parecer sobre o projeto apresentado pela AEOMESC e também encaminhar uma moção para a DIREC e para a Diretoria de Áreas Protegidas do MMA se manifestando contrariamente ao parecer do NUC e solicitando um posicionamento de Brasília sobre a questão.

Ponto VII – (Audiência Pública sobre o PM em Bombinhas-SC e Mudança de Categoria)
Rafael Costa (APRENDER) comenta os resultados da audiência em Bombinhas. Expôs que apesar de ter sido um encontro político partidário foi mais uma boa oportunidade para a divulgação e esclarecimento sobre as questões da REBIO para a comunidade e agentes políticos de Bombinhas. Expôs a opinião de que alguns políticos presentes não estavam muito bem informado da verdadeira situação da Rebio e seus conflitos e aproveitaram para fazer palanque político. Opina que os debates foram produtivos e que no final parece que ficou claro entre a maioria dos presentes a importância do plano realizado e a necessidade de sua implementação mesmo que haja um movimento paralelo de troca de categoria de manejo. Diogo Santos (Rep. do Dep. Mauro Passos) falou da iniciativa da realização do evento e que será realizada uma nova audiência em Bombinhas a ser promovida pela assembleia legislativa de SC sobre a unidade de conservação.

Arno Blankensteyn (UFSC) lembra da autonomia do conselho e do papel político do mesmo no que tange ao acompanhamento das atividades relacionadas com a Rebio e o comprometimento do mesmo com a implementação do PM. Aponta que o conselho deve trabalhar para desenvolver um papel político de busca de condições de implementação do PM, seja na esfera municipal, estadual ou federal e também desempenhar papel político para participar mais das decisões sobre pesquisa e desenvolvimento do litoral catarinense, uma vez que a rebio não interessa apenas para as populações do entorno.

Edair Silva (Pref. de Gov. Ceslo Ramos) fala da validade da iniciativa para esclarecimentos da comunidade e que na sua opinião o evento foi produtivo.

Roberto W. (UNIVALI) fala que o movimento da troca de categoria é mais amplo do que ocorrido em Bombinhas pois a questão abrange interesses de outros setores e outros municípios da região. Expôs que trata-se de movimento contínuo e antigo que reflete o interesse de setores da sociedade para mudanças. Além disso disse que demonstra preocupação sobre o projeto de lei do Dep. Vânio dos Santos que apenas propõe a troca de Reserva para Parque mantendo os mesmos erros de redação de texto e os equívocos dos limites da UC.

Edson (Pref. De Bombinhas) fala que é todo esse movimento e alguns questionamentos infundados são reflexo da falta de informação adequada para a comunidade e que é importante a amplitude da divulgação sobre as questões relativas a reserva e seu Plano de manejo.

René Eiras (AEOMESC) fala do folder do evento e que a audiência pública foi uma forma da sociedade local se articular e foi importante pois gerou demanda para a formação do GT de troca de categoria e ponto de pauta da reunião do conselho.

Jaqueline Carrilho (Macaco Pregó) opina que é um direito legítimo de questionar e solicitar a mudança de categoria mas que muitas vezes a informação é distorcida para manipular a sociedade. Traz como por exemplo a afirmação que circula na região de que Parque Nacional é a melhor opção para o local sem levar em consideração que para o pescador artesanal o acesso aos recursos da unidade continuará proibido.

Nei Simas (FEPESC) opina que não é a mudança de categoria que vai solucionar os problemas de todos os setores envolvidos com a questão mas sim a forma adequada de manejo e o pleno funcionamento da fiscalização.

Diogo Santos (Rep. do Dep. Mauro Passos) esclarece sobre a iniciativa do debate, dizendo que foram procurados por militantes do PT de Bombinhas e que buscaram informações junto ao conselho da UC para promover o evento e esclarecer a sociedade. Informou também que o projeto de lei do Dep. Vânio Santos não está mais tramitando.

Eloi Dorneles (APREMAG) fala dos conflitos inerentes às Ucs e que é difícil a unanimidade sobre o assunto. Questionou os dados apresentados na palestra da AEOMESC sobre a ocorrência do vento sul na região e questiona as informações do Dep. Vânio sobre os impactos negativos e prejuízos que a Reserva gerou no litoral catarinense.

Paulo Bertuol (AEOMESC) fala que achou muito bom o encontro pela oportunidade de esclarecimento sobre as diferentes categorias de manejo. Expôs que a AEOMESC solicita a rediscussão da categoria e não tem uma categoria específica que apóie ou pleiteie.

Arno Blankenstein (UFSC) disse que em conversa com o professor João de Deus o mesmo afirmou o descomprometimento dos parlamentares catarinenses atuais com o conservacionismo. Arno Posiciona-se contra a mudança de categoria e solicita o comprometimento do conselho e a soma de esforços para a efetivação da Rebio.

César (FEPESC) afirma que tem que ser implementado o PM realizado para a REBIO e pergunta pra que mudar. Afirma que se for aplicado o que dispõe o PM e isso for fiscalizado já vai ser um avanço. Pergunta por que na ocasião da elaboração do PM os deputados não participaram. César pede cuidado ao posicionamento do conselho sobre a questão de mudança de categoria.

Inicia-se um debate sobre a pertinência ou não da criação de um GT para acompanhar os movimentos de troca de categoria. Devido ao avanço da hora define-se pela não instituição de Grupo de Trabalho para essa finalidade e que a função do conselho é trabalhar em prol da Rebio e seu plano de manejo, cabendo o acompanhamento e participação em eventos sobre o assunto mudança de categoria e que na próxima reunião poderia se voltar a falar sobre o assunto.

Ponto 9 – (Atividades dos GTs)

Arno Blankenstein (UFSC) fala da I reunião do GT de pesquisa (estão aguardando a abertura de editais no 2 semestre... por favor Arno, completa aí)

Mauricio Hostim (UNIVALI) solicita acompanhamento e informações sobre as atividades de pesquisa na área da Rebio para evitar sobreposição de projetos e melhorar a organização e a logística das atividades de pesquisa

Rafael Costa (APRENDER) apresenta o relato da reunião do GT de Monitoramento realizada em Gov. Celso Ramos na sede da colônia Z-9 em 18 de maio. A reunião estabeleceu como prioridades a necessidade urgente de presença marítima constante na área da UC e sua ZA. Apontou as diretrizes básicas para a elaboração de um projeto piloto de monitoramento como por exemplo, a viabilização de uma embarcação apropriada para

navegação em alto-mar para atuar no monitoramento da área da Rebio e sua ZA e servir de apoio à pesquisa e à Educação Ambiental. No encontro debateu-se a necessidade de integração com os outros GT, a realização de balizamento dos pontos estratégicos relacionados no Plano de manejo na área da unidade e na zona de normatização de pesca e turismo, a viabilização de equipe qualificada e capacitada para o exercício das atividades e a elaboração de material didático para distribuição e colocação nas embarcações abordadas que circulam na região. Debateu-se também a necessidade de realizar diversos tipos de monitoramento na região, tais como monitoramento do ambiente marinho, ambiente terrestre, das atividades de turismo e educação ambiental, das atividades pesqueiras, da produção pesqueira e também das atividades de fiscalização.

Jaqueline Carrilho (Macaco Pregó) apresentou o relato da reunião do GT de EA realizada no município de Gov. Celso Ramos no dia 17 de maio na sala da EPAGRI localizada na sede da Colônia Z-9. O grupo debateu as atribuições e prioridades do GT estabelecendo a necessidade da viabilização de recursos financeiro para a realização de projetos na região de entorno da unidade prioritariamente. Discutiu-se as linhas gerais sobre a elaboração de uma proposta de Educação Ambiental para a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e estabelecimento imediato do projeto piloto de EA previsto no plano de manejo da UC. Como primeiro passo previu-se o resgate das ações e de diferentes metodologias de EA desenvolvidas no âmbito da UC e na região. Foi proposto a realização de uma oficina de trabalho para a construção conjunta do projeto de interpretação e educação previsto do PM e a realização de capacitação dos envolvidos. Falou-se da necessidade de publicação de material didático de apoio às atividades, de forma a divulgar as informações levantadas pelo Plano, em linguagem de fácil entendimento ao nível local. Foi sugerido ainda como a necessidade do parecer do GT de EA sobre os projetos de EA apresentados no âmbito da UC ao IBAMA.

Ponto 10 – (Informes)

Rafael Costa (APRENDER) informou aos presentes que a APRENDER recebeu ofício do FNMA em 30 de julho do corrente comunicando que a aprovação da prestação de contas do Projeto de elaboração do Plano de manejo da Rebio do Arvoredo, conveniado com o FNMA/MMA. Informou também que a prestação de contas das parcelas do Convênio entre Ibama/Aprender/Petrobrás é realizada anualmente e que as três primeiras parcelas do referido convênio também foram aprovadas pela BR, a qual só repassa a próxima parcela após a prestação e aprovação das contas da parcela anterior.

Edson (Pref. de Bombinhas) informa que ainda é grande a incidência de atividades pesqueiras industriais na costa de Bombinhas e sugere que o MPF notifique as indústrias pesqueiras sobre as limitações e regras na Zona de Normatização de Pesca e Turismo da Zona de Amortecimento da Unidade pois muitas embarcações industriais não estão respeitando as regras e proibições estabelecidas no Plano de Manejo.

Roberto Wahrlich (UNIVALI) fala da necessidade da retomada das informações e divulgação de material sobre o plano de manejo para os pescadores artesanais da região, lembrando a importância e boa aceitação da primeira rodada de divulgação feita no final do ano passado nas comunidades pesqueiras da região.

Por fim, o vice-presidente agradeceu a participação aos presentes e deu por encerrado os trabalhos às 18:45 horas.

Bombinhas-SC, 21 de julho de 2005.